

EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA EM SECRETARIADO NO BRASIL: REALIDADES E PERSPECTIVAS DA OFERTA DE CURSOS

*Joelma Soares da Silva¹
Conceição de Maria Pinheiro Barros²
Juliana Ladeira Santos³*

Resumo: As diversas formas de comunicação e as exigências cotidianas tem tornado os indivíduos cada vez menos disponíveis. Diante dessa realidade que soma-se à necessidade de formação para o mundo do trabalho, a Educação à Distância (EAD) apresenta-se como uma oferta democrática em expansão. O objetivo deste estudo é traçar um panorama da oferta de cursos superiores à Distância em Secretariado no Brasil. Para tanto, foi desenvolvida uma revisão de literatura focada na realidade da Educação a Distância (EAD) no Brasil, bem como na Educação em Secretariado. Em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo por meio de estudo observacional dos cursos superiores de Secretariado na modalidade a distância dispostos no site do Ministério da Educação. Foram observados aspectos como: quantidade de cursos e pólos em atividade, concentração regional, grau conferido, tipo de IES detentora do curso e quantidade de vagas ofertadas. Foi possível inferir que a oferta de cursos de Secretariado na modalidade a distância no Brasil é diacrônica, porém incipiente. A ausência de cursos em intuições públicas e de cursos nessa modalidade que confirmam grau de bacharel foram as duas das carências identificadas que necessitam de atenção e de estudos que identifiquem a demanda por tal tipo de IES e grau bem como a busca por suas concretizações. Acredita-se que estas lacunas impõem limitações na oferta de cursos na modalidade EAD em Secretariado no Brasil.

Palavras-chave: Educação à distância. Secretariado. Oferta de cursos.

¹ Doutoranda em Administração. Mestre em Administração. Especialista em Gestão de IES. Graduada em Secretariado em Executivo. Professora e Coordenadora do curso de Secretariado Executivo da UFC. E-mail: joelma.soares@ufc.br

² Doutoranda em Educação. Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Especialista em Comércio Exterior. Graduada em Secretariado Executivo. Professora e Vice coordenadora do curso de Secretariado Executivo da UFC. E-mail: conceicaoompb@ufc.br

³ Graduanda em Secretariado Executivo (UFC). Técnica em Secretariado. E-mail: juliana_ladeira2@hotmail.com

SUPERIOR DISTANCE EDUCATION IN SECRETARIAT IN BRAZIL: ACTUALITIES AND PERSPECTIVES OF COURSE OFFERS

Abstract: The varied ways of communication and the daily requirements have made the people less and less available. Given this reality that adds itself to the necessity of academic background to the world of work, the Distance Education (DE) introduces itself as a democratic offer in expansion. The goal of this study is to outline a view of the offer of superior Distance courses in Secretariat in Brazil. In order to do so, it was developed a literature review focused on the reality of Distance Education (DE) in Brazil, as well as in Education in Secretariat. Thereafter, it was performed a field research by means of observational study of the superior courses of Secretariat in distance mode placed on the website of the Ministry of Education. It has been observed aspects such as: quantity of courses and centers in activity, regional centralization, degree assured, kind of Institution of Superior Education (ISE) owner of the course and quantity of vacancies offered. It has been possible to infer that the offer of Secretariat courses in the distance mode in Brazil is diachronic, although incipient. The absence of courses in public institutions and of courses that certificate bachelor's degree were the two lacks identified that require attention and studies that identify the demand for such kind of ISE and degree as well as the search for its substantiation. It is believed that these blanks impose limitations on the course offers in the DE mode in Secretariat in Brazil.

Keywords: Distance Education. Secretariat. Course offers.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem sido permeada por diversos embates ao longo dos anos que têm proporcionado significativas transformações no que se refere às modalidades de ensino no país. Uma dessas mudanças diz respeito à inserção do ensino na Educação Superior a distância. Esta forma de ensino “[...] possibilita o atendimento de um público significativo, o qual, por diversas razões, não teve acesso à formação presencial” (SILVA, LUSTOSA, 2012, p. 198)]

Como muitas áreas do conhecimento, a trajetória educacional do Secretariado no Brasil funde-se com sua história profissional, haja vista a contiguidade destes aspectos na consolidação da profissão em território nacional. Embora o primeiro curso superior tenha se estabelecido na Universidade Federal da Bahia (UFBA) ainda na década de 1960, é sabido que a formação acadêmica em Secretariado foi fortalecida após seu reconhecimento como profissão e mais fortemente após a regulamentação da profissão em nível superior no ano de 1985.

Discutir a educação em Secretariado requer o entendimento de que se trata de uma área inserida em um contexto educacional no qual existem muitos desafios a serem superados. Atualmente a formação em Secretariado no Brasil está dividida em técnica, tecnológica e bacharelado, sendo as duas últimas ofertadas em todo o território nacional, segundo dados do sistema e-mec do Ministério da Educação (MEC). Diversos autores se propuseram a tratar da educação em Secretariado (GERARDIN, MONTEIRO, GIANINI, 2011; BOGUSLAWSKI, SANTOS, 2013), porém, não foram encontrados trabalhos nacionais que abordem a oferta de cursos superiores de Secretariado a distância pelo método empregado ou com o objetivo proposto. Some-se ao exposto, o fato de que a área de Secretariado vivencia um momento de busca e consolidação científica por meio de questionamentos e debates acerca de sua identidade acadêmica e cientificidade. Nestas condições, o presente estudo pretende responder o seguinte questionamento: qual a realidade da oferta de cursos superiores a distância em Secretariado no Brasil? Elegeu-se como objetivo geral traçar um panorama da oferta de cursos superiores a Distância em Secretariado no Brasil. Como parte de um projeto de pesquisa em andamento, o presente estudo, delimita-se à realidade de uma modalidade de ensino que por si só, é recente mesmo em cursos mais tradicionais, porém, tem se apresentado com perspectiva positiva, haja vista seu poder de alcance.

Acredita-se que o cerne de relevância deste trabalho reside principalmente na oportunidade, não só explicitar a realidade da Educação a Distância (EAD) em Secretariado no Brasil, mas, sobretudo, pela possibilidade de analisar tal cenário e possivelmente contribuir para seu avanço. Pretende-se que os resultados deste estudo sejam substanciais para a academia de forma ampla, bem como para área do Secretariado em si.

O presente estudo está dividido em cinco partes incluindo esta introdução. A segunda parte apresenta explicações acerca da EAD no Brasil e da educação em Secretariado. Na terceira parte é apresentada a metodologia

adotada para a pesquisa. Na quinta parte são analisados os dados da pesquisa de campo e por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências que serviram de base para construção deste trabalho.

2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO

A literatura base revisada para a fundamentação deste trabalho encontra-se organizada mediante a exploração de aspectos-chave para a compreensão das análises e discussões, como segue. A necessidade de se trabalhar esses conceitos proporciona uma maior maturidade acerca de aspectos acadêmicos relacionados ao Secretariado Executivo.

2.1 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL: REFLEXÕES FUNDAMENTAIS

Educação de forma ampla é abrangente e ultrapassa as fronteiras da educação formal e é direito do indivíduo e dever do Estado (BRASIL, 1996). Durante décadas a educação formal foi inacessível a muitos cidadãos, funcionando, muitas vezes, como elemento balizador entre classes sociais. A partir da década de 1990, o ensino superior, no Brasil, sofreu um processo de expansão permitindo assim, que muitas Instituições de Ensino Superior (IES) e cursos ampliassem sua capacidade de oferta. A universidade se difere, sobretudo, por seu papel social e pelas funções que desempenha na sociedade (KUNSCH, 1992). Além disso,

[...] É um lugar, mas não só ela, privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber; mas deve buscar uma identidade própria e adequação à realidade nacional. Suas finalidades são ensino, pesquisa e extensão. Ela é a instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam (WANDERLEY, 1985, p. 11).

Pautada na tríade do ensino, pesquisa e extensão, a educação superior tem papel preponderante na formação não só de profissionais qualificados, mas, sobretudo de cidadãos cientes de seus deveres para com a sociedade e a realidade que o circunda.

O ensino superior, de forma geral, reinventa-se no intuito de ampliar, melhorar e facilitar os processos de educação seja na modalidade presencial seja virtualmente, principalmente com o aumento de opções das Tecnologias da Informação e Comunicação (KLERING, SCHRÖEDER, 2011).

Em plena era da informação ainda existem, no país, diversos problemas relacionados numa sociedade que vivencia crise de valores, ausência de amor e respeito ao outro, corrupção, desigualdade social, dentre outros. Nessa realidade e diante das constantes transformações da sociedade contemporânea a educação emerge como um dos principais caminhos para a superação dos

desafios que a sociedade brasileira enfrenta. Sobre esses desafios Teixeira (1969, p. 245) considera:

O Brasil, contudo, não é exatamente uma colônia de bem pensantes. É muito mais uma charada, um enigma, um desafio, um feixe gigantesco de problemas a clamar por soluções, uma nação a lutar pelo seu desenvolvimento, e não algo de quieto e pacífico, como as sociedades pré-revolucionárias dos fins do século dezoito.

Partindo-se do princípio de que a educação pode contribuir para a busca de transformação social, destaca-se a necessidade de ampliação do acesso à educação em todos os níveis, nas modalidades presenciais e a distância. Conforme Alves (2011, p. 84):

Atualmente, podem ser consideradas as seguintes modalidades de Educação: presencial e a distância. A modalidade presencial é a comumente utilizada nos cursos regulares, onde professores e alunos encontram-se sempre em um mesmo local físico, chamado sala de aula, e esses encontros se dão ao mesmo tempo: é o denominado ensino convencional. Na modalidade a distância, professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo.

Complementando essas definições, Silva e Lustosa (2012) apresentam uma diferenciação entre tais modalidades de ensino ao considerarem que a educação presencial se diferencia da EAD pelo modo como se estabelece a mediação pedagógica, conteúdo específico e avaliação. Para Moran (2002) a EAD pode ser compreendida como processo de ensino/aprendizagem, mediado por tecnologias, em que sujeitos estão separados espacialmente. A definição oficial de Educação a Distância encontra-se no Art. 1º. Do Decreto no. 5622 de 19 de dezembro de 2005:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005b, p.1).

Na percepção de Freitas, Silva e Magalhães Júnior (2012, p. 221), “a característica essencial da EAD centra-se no envolvimento do aluno na atividade de aprendizagem em um local onde o professor não está fisicamente presente, portanto, esta modalidade carece de minucioso planejamento e avaliação”. Klering e Schröder (2011, p.45) elencam aspectos fundamentais da EAD:

Disponibilidade de uma comunicação de mão dupla; Flexibilidade de lugar e tempo; Flexibilidade de ritmo e de velocidade na aprendizagem; Interação com o educador, diretamente na figura do professor, ou pela

mediação de um tutor/monitor; Planejamento prévio dos materiais de ensino e da agenda do curso. A esses aspectos, podem ser acrescentados: Desenvolvimento de materiais de ensino de maior qualidade, assim como uso de tecnologias de comunicação e informação (TICs) adequadas à EAD; Definição de novas regras acadêmicas e de funcionamento dos cursos, coerentes com a nova modalidade, bem como constituição de equipes intermediárias de apoio, principalmente tutores/monitores; Necessidade de disponibilidade de professores e outros agentes de apoio com novos perfis, para atuarem até mesmo em horários mais flexíveis, com melhor capacidade de comunicação, por meio de vídeo e texto; Necessidade de predisposição dos alunos para aprenderem com autonomia e colaborativamente, desenvolvendo uma aprendizagem calcada em conversações, raciocínios conjuntos e recursos virtuais, em contexto de diversidade de interesses e experiências profissionais e de vida.

No Brasil, os primeiros registros conhecidos acerca da Educação a Distância são do Século XX (ALVES, 2011). Desde então, percebe-se a crescente demanda por essa modalidade, especialmente na Educação Superior. “A partir da expansão da Educação a Distância em 2005, tem multiplicado o número de instituições que vem se credenciando bem como o número de alunos que procuram se beneficiar dessa modalidade de ensino”(ATAÍDE, 2013, p. 17). Esse desenvolvimento se deve à relevância dessa modalidade de ensino para a formação de profissionais aptos a responderem às demandas sociais de do mundo do trabalho. “Em um mundo em constante mudança, o processo educacional e de formação profissional contínuo é imprescindível, configurando a EAD como uma estratégia indispensável” (LITTO, 2011, p. 15). Não obstante, Pitaluga (2013) alerta que é relevante considerar que a crescente oferta de cursos na EAD suscita um debate acerca dos critérios de qualidade. Dessa forma, o debate acerca da oferta de cursos de Secretariado em EAD deve ser fundamentado na necessidade de evolução quantitativa e qualitativa.

A Tabela 1 apresenta a composição da base de dados do censo EAD 2011, segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED).

Tabela 1. Base de dados Censo EAD 2011.

Tipo de Questionário			
Instituições que oferecem cursos em EAD	Fornecedores de produtos e serviços em EAD	Professores independentes	Total
179	26	28	233

Fonte: ABED (2012)

Além do registro de um total de 179 instituições que ofertam cursos nessa modalidade, a crescente demanda pela EAD pode ser percebida a partir

da evolução das matrículas. A Tabela 2 apresenta esses dados no período de 2009 a 2011 ABED (2012).

Tabela 2. Evolução das matrículas em EAD no período de 2009 - 2011.

Ano	Número de instituições participantes do Censo	Número de Matrículas em EAD
2009	128	528.320
2010	198	2.261.921
2011	181	3.589.373

Fonte: ABED (2012).

Percebe-se que a EAD contribui de forma significativa para a democratização da Educação Superior, visando a formação profissional de modo que a sociedade possua cidadãos aptos a atuarem nas organizações em contexto de profundas transformações, exigindo desses profissionais a formação contínua. A relevância da EAD é ressaltada a partir da percepção de que “a EAD pode ser uma alternativa para contribuir com a democratização do ensino” (HERMIDA; BONFIM, 2006, p. 171). No entendimento de Ataíde (2013, p. 13), “Na atualidade, os sistemas de Educação a Distância constituem cada vez mais uma possibilidade real para quem, por diferentes razões, deseja concluir ou continuar um processo de formação educacional ou profissional”. Com relação à democratização educacional por meio da EAD, ressalta-se:

A Educação a Distância pode ser considerada a mais democrática das modalidades de educação, pois se utilizando de tecnologias de informação e comunicação transpõe obstáculos à conquista do conhecimento. Esta modalidade de educação vem ampliando sua colaboração na ampliação da democratização do ensino e na aquisição dos mais variados conhecimentos, principalmente por esta se constituir em um instrumento capaz de atender um grande número de pessoas simultaneamente, chegar a indivíduos que estão distantes dos locais onde são ministrados os ensinamentos e/ou que não podem estudar em horários pré-estabelecidos (ALVES, 2011, p. 90).

Para que seja possível garantir uma democratização do ensino na modalidade de EAD com a qualidade necessária para a formação de profissionais capazes de transformarem a realidade na qual estão inseridos é mister que as Políticas Públicas ultrapassem a visão de um crescimento meramente estatístico e considerem essa modalidade como um dos meios de desenvolvimento da educação, por meio de ensino de qualidade. Nessa linha de pensamento Arruda e Arruda (2015, p. 323) criticam:

A questão que se coloca, portanto, é compreender as dimensões da democratização do acesso ao Ensino Superior, necessárias ao Brasil para a ampliação da produção científica e do trabalho qualificado, no contexto

das políticas públicas educacionais, que inscrevem a educação como direito, mas em uma perspectiva na qual o direito compreende não apenas o acesso, mas a garantia da (boa) qualidade da educação, independentemente da modalidade na qual o curso é oferecido.

Entretanto, essa modalidade de ensino ainda enfrenta inúmeros desafios que interferem diretamente na qualidade educacional do país. Na compreensão de Pitalinga (2013, p. 7-8) as variáveis referentes à qualidade do ensino na EAD envolvem questões que perpassam a “[...] estrutura física, didática e o que é ensinado. O nível do corpo docente, a titulação e experiência dos recursos envolvidos e o corpo operacional”. Sob esse aspecto, salienta-se a necessidade de “[...] implementação de políticas públicas democráticas e fiscalização da comunidade, para que o Estado/governos oportunize uma educação digital de qualidade, criando condições de direito ao acesso e cidadania [...]” (ATAÍDE, 2013, p. 19). A EAD apresenta, portanto, como uma forma de educação em expansão, por meio das inovações tecnológicas tendo como principais desafios a busca por novas práticas pedagógicas capazes de contribuir para o acesso e continuidade de uma formação de qualidade para todos.

2.2 EDUCAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL

A necessidade de formação específica para a profissionalização do secretário no Brasil emergiu a partir da evolução e conquistas da área, acompanhando as transformações da sociedade e conquistando maiores oportunidades de atuação nas diversas organizações. Para atender essa demanda, foram criados cursos de nível médio e superior o que contribuiu para a consolidação da profissão no âmbito acadêmico e empresarial. Nessa perspectiva, a educação em Secretariado deve focalizar uma formação capaz de possibilitar a construção de conhecimentos fundamentais em “[...] aspectos éticos, aos conhecimentos técnicos e científicos, sociais, políticos e administrativos” (BIANCHI, BIANCHI, ALVARENGA, 2003, p. 9).

A lei de regulamentação da profissão de Secretariado delinea dois níveis profissionais: técnico em Secretariado e Secretariado Executivo (BRASIL, 1996b). A formação na área secretarial organiza-se, porém, nas modalidades de cursos técnicos (nível médio), tecnólogos e bacharelados (nível superior). Os cursos técnicos são direcionados à educação profissional de nível médio “[...] estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996a, p.17). O profissional técnico em Secretariado é “o profissional portador de certificado de conclusão de curso de Secretariado em nível de 2º grau” (BRASIL, 1996b, p. 1). Conforme a citada lei, o Secretário Executivo “[...] o profissional diplomado no Brasil por curso superior de Secretariado, reconhecido na forma de Lei, ou diplomado no exterior por curso

de Secretariado, cujo diploma seja revalidado, na forma de Lei” (BRASIL, 1996b, p. 1).

Sobre a relevância dos cursos de nível superior em Secretariado, Bianchi e Alvarenga (2003, p. 4) explicam que “os cursos de Secretariado Executivo chegaram à universidade para enfrentar exigências de uma profissão que se tornou indispensável nas organizações e cuja amplitude de ação vai muito além da esperada anteriormente”. Para tanto, os cursos superiores são norteados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) revogada pela Lei nº 9.394, de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996a), bem como pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Secretariado apresentadas no Parecer do Conselho Nacional de Ensino/ Câmara de Ensino Superior (CNE/CES nº 102/2004). A LDB possibilita flexibilidade em relação à organização curricular enfocando nas integralizações dos cursos a inclusão de conhecimentos comuns à formação em geral, bem como adaptação às peculiaridades regionais (BRASIL, 1996). No que se refere às orientações específicas para o Curso de Graduação em Secretariado ressalta-se a Resolução nº 3 de junho de 2005 que em seu artigo 2º determina os aspectos que devem ser considerados na elaboração dos seus currículos, a saber:

A organização do curso de graduação em Secretariado Executivo, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e os pareceres desta Câmara, indicará claramente os componentes curriculares, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do curso, o regime de oferta, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o estágio curricular supervisionado e o trabalho de curso ou de graduação, ambos como componentes opcionais da instituição, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico (BRASIL, 2005a, p. 7)

Com relação ao perfil profissional, o artigo 2º da citada Resolução, orienta que os cursos de Secretariado “[...] poderão admitir linhas de formação específicas, nas diversas áreas relacionadas com atividades gerenciais, de assessoramento, de empreendedorismo e de consultoria” (BRASIL, 2005a, p. 2), além de uma formação voltada para um futuro profissional com “[...] capacitação e aptidão para compreender as questões que envolvam sólidos domínios científicos, acadêmicos, tecnológicos e estratégicos, específicos de seu campo de atuação” (BRASIL, 2005a, p. 2). Em seu parágrafo único, a Resolução nº 3 de junho de 2005 destaca que a formação do bacharel em Secretariado Executivo deve ensejar:

[...] sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos e realidades inerentes à administração pública e privada, ser apto para o domínio em outros ramos do saber, desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade de gerir e administrar processos e pessoas, com observância dos níveis graduais de tomada de decisão, bem como capaz para atuar

nos níveis de comportamento microorganizacional, mesoorganizacional e macroorganizacional (BRASIL, 2005a, p. 2).

Observa-se que a Educação Superior em Secretariado Executivo deve focalizar uma formação interdisciplinar, que possibilite a construção de conhecimentos gerais e específicos, a construção de conhecimentos que levem o futuro profissional ao desenvolvimento de competências e habilidades técnicas e humanas a fim de prepará-lo para os desafios organizacionais da contemporaneidade e para atender as demandas da sociedade. Dessa forma, “[...] a EAD traz novas possibilidades de comunicação e informação, além de fazer com que repensemos nossas práticas” (Lopes et. al., 2010, p. 203).

Diversos outros aspectos podem e merecem ser abordados no âmbito da educação em Secretariado, tendo em vista principalmente que sua inserção no universo acadêmico é relativamente recente quando comparada a cursos mais tradicionais. Tal desenlace foi um reflexo do momento histórico da área e tem caminhado de maneira congruente a sua realidade

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem uma abordagem qualitativa, que na visão de Godoi e Balsini (2010) é muito mais complexa do que apenas não usar números. Para os autores, a pesquisa qualitativa abrange várias formas de investigação e ajuda o pesquisador compreender e explicar fenômenos sociais por meio da compreensão do comportamento de seus agentes e dos motivos que justificam suas ações (GODOI; BALSINI, 2010). Os dados qualitativos são, na realidade, representação dos atos e das intenções dos atores.

A coleta dos dados se deu por meio de observação indireta. Segundo Becker (1997) existem diversas modalidades de procedimentos de observação, todas atreladas ao grau de participação do observador. Uma das possibilidades é o observador não participar em absoluto (BECKER, 1997), caracterizando a coleta de dados como observação indireta não participante.

Neste estudo, adotou-se a observação não participante seguindo os passos propostos por Rose (2002). Para a autora, o método exige que se estabeleçam etapas fundamentais, tais como: escolher o referencial teórico, selecionar o objeto empírico, constituir regras para transcrição do conjunto de informações do objeto empírico, desenvolver um referencial baseado na análise teórica e na leitura preliminar e, por fim, aplicar o referencial ao objeto empírico (ROSE, 2002).

Em função do exposto, após a construção do referencial teórico, procedeu-se a coleta de dados no site do Ministério da Educação (MEC) durante o ano de 2014 realizando-se buscas na consulta avançada do link e-mec no portal. Foram adotados os seguintes critérios para definição da amostra: curso superior de Secretariado na modalidade à distância, em atividade no Brasil, devidamente registrado no MEC, autorizado ou reconhecido.

De acordo com os critérios estabelecidos, foi delimitada uma amostra de 17 cursos onde para cada um foram observados os seguintes aspectos: quantidade de cursos em atividade, concentração regional da oferta dos cursos, tempo de atividade de cada um, grau conferido, tipo de Instituição de Ensino Superior (IES) detentora do curso e quantidade de polos e de vagas ofertadas. Após a coleta, foram realizados debates entre os pesquisadores que analisaram os dados a luz dos teóricos anteriormente enfocados.

Os dados coletados foram registrados e analisados por meio da análise de conteúdo. Que na visão de Bardin (2002, p. 34) é “um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens” (BARDIN, 2002, p. 34). A análise de conteúdo deve ser dividida em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2002).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Os resultados apresentados a seguir são resultantes da coleta de dados realizada no site do Ministério da Educação (MEC) durante o ano de 2014. Os dados foram sintetizados em tabelas que buscam aglutinar informações inerentes ao objetivo proposto e no intuito de responder à questão suscitada no início deste trabalho.

No referido período foram encontrados em atividade no Brasil, 182 cursos superiores de Secretariado englobando as modalidades presencial e semipresencial, diferentes graus e em diversos tipos de instituições de ensino. Nesse contexto, inserem-se os cursos na EAD que somam 17 em atividade.

Destaque-se que, na modalidade EAD, dois cursos da área aparecem como extintos. Ambos, situados no estado de São Paulo. Foram criados e encerrados em um curto período de tempo: tiveram suas atividades iniciadas em 2009 e 2011 e não chegaram a ser reconhecidos. Suas atividades foram encerradas antes do reconhecimento, segundo informações do Portal do MEC.

Há ainda um curso que está em andamento, mas, encontra-se em processo de extinção: o curso ofertado pela Universidade Braz Cubas (UBC) em São Paulo. Porém, verificou-se que esta IES oferta o curso de Secretariado Executivo Bilingue na modalidade presencial, no município de Mogi das Cruzes.

A realidade de extinção nos cursos de graduação na modalidade EAD não se faz presente somente na área de Secretariado. Existiam, à época da pesquisa, 99 cursos na modalidade EAD em processo de extinção nas mais diversas áreas e graus de formação. Dentre estes, destacam-se: Pedagogia, Matemática, Administração, Geografia, Letras, entre outros. Esse fato remete à reflexão de que esse problema está presente nas diversas áreas de conhecimentos e aponta para a necessidade de um olhar crítico para os motivos que levam as IES a extinguirem cursos na modalidade EAD, em busca de soluções para as questões que se colocam.

A Tabela 3 a seguir apresenta um panorama da distribuição da EAD em Secretariado por estados e pólos. A primeira constatação relevante é o fato de

todos os estados possuem ao menos um pólo de EAD em Secretariado e que a quantidade de pólos perfazem o total de 116. Destaque-se, também, a expressiva concentração de pólos na região sudeste.

Tabela 3. Oferta de cursos de Secretariado na modalidade EAD por pólos

Região/ Total de Pólos	Estados	IES/Polo	Total de pólos
Norte (19)	Acre	CEUCLAR, UNISEB E UNINTER.	03
	Amazonas	UNIDERP, UNINTER	02
	Amapá	UNINTER	01
	Pará	UCDB, UNICID, UNIDERP, UNINTER.	04
	Tocantins	CEUCLAR, UNISEB, UNINTER.	03
	Roraima	CEUCLAR, UNISEB, UNINTER.	03
Nordeste (32)	Rondônia	CEUCLAR, UNISEB, UNINTER.	03
	Alagoas	CEUCLAR, UNISEB E UNINTER.	03
	Bahia	CEUCLAR, UCDB, UNICID, UNIVERSO, UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	07
	Ceará	UNIFOR, UNISEB, UNINTER.	03
	Maranhão	UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	03
	Paraíba	UNICSUL, UNISEB, UNINTER.	03
	Pernambuco	UCDB, UNIVERSO, UNIDEB, UNINTER.	04
	Piauí	UNINTER	01
Centro - Oeste (24)	Rio Grande do Norte	NEWTON PAIVA, UNIFOR, UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	05
	Sergipe	UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	03
	Distrito Federal	CEUCLAR, UNICSUL, UCDB, UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	06
	Goiás	CEUCLAR, UCDB, UNIVERSO, UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	06
Sudeste (27)	Mato Grosso	CEUCLAR, UCDB, UNICID, UNIVERSO, UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	07
	Mato Grosso do Sul	CEUCLAR, UCDB, UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	05
Sudeste (27)	Espírito Santo	CEUCLAR, UNIVERSO, UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	05
	Minas Gerais	CEUCLAR, UNIFRAN, UNIVERSO, UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	06
	Rio de Janeiro	UCB, NEWTON PAIVA, UNIVERSO, UNISEB, UNINTER.	05
	São Paulo	CEUCLAR, UNICSUL, UNINOVE,	11

		UNINOVE, UNINOVE, UCDB, UNICID, UNIFRAN, UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	
Sul (14)	Paraná	CEUCLAR, UNICSUL, UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	05
	Rio Grande do Sul	CEUCLAR, UNIVERSO, UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	05
	Santa Catarina	UNC, UNIDERP, UNISEB, UNINTER.	04

Fonte: elaborado pelas autoras.

Embora na Região Nordeste haja uma concentração significativa de polos, não se pode desconsiderar sua maior quantidade de unidades federativas. Se comparada à região Sudeste ou Centro-Oeste, por exemplo, há uma clara inferioridade de oferta. Outra realidade que sustenta a distribuição incongruente é o fato de estados como o Piauí e Amapá possuírem apenas um pólo, cada.

Destaque-se que poucas IES são detentoras de toda a oferta em EAD para Secretariado no Brasil e que cada uma delas oferta apenas um pólo em cada estado. Considera-se uma oferta baixa mesmo considerando-se a quantidade vagas ofertadas por cada instituição, conforme explicitadas na Tabela 4.

Por este motivo, acredita-se que o cenário da EAD em Secretariado sustenta-se parcialmente na máxima da democratização da Educação Superior defendida por Alves (2011), pois embora exista oferta para todo território nacional, sua efetiva disponibilidade ainda é incipiente de maneira geral e mais especificamente em alguns estados. Tal aspecto é relevante, pois o pólo constitui-se no apoio físico escolar e administrativo para os discentes e docentes envolvidos nessa modalidade de ensino. Sua ausência ou oferta diminuta pode não estimular a busca por parte de discentes de municípios diferentes daquele onde o pólo está fisicamente situado.

Em contrapartida, há uma clara expansão quantitativa de vagas nesses pólos, conforme pode ser observado na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4. Cursos de Secretariado na modalidade EAD em atividade no Brasil

IES	Início de atividade	Semestres / Carga horária	Grau conferido	Tipo de IES	Vagas autorizadas
Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR)	2010	04 semestres (1780 h)	Tecnológico	Privada	300
Universidade Castelo Branco (UCB)	Não informado	04 semestres (1630 h)	Tecnológico	Privada	Nenhum registro.
Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)	Não informado	04 semestres	Tecnológico	Privada	300

Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	2010	04 semestres (1706 h)	Tecnológico	Privada	280
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	Não informado	04 semestres (1706h)	Tecnológico	Privada	280
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	Não informado	04 semestres (1706 h)	Tecnológico	Privada	280
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	2010	04 semestres 1706h	Tecnológico	Privada	280
Centro Universitário Newton Paiva	2008	04 semestres (1600 h)	Tecnológico	Privada	1000
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	2012	04 semestres (1600 h)	Tecnológico	Privada	200
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)	2009	04 semestres (1600 h)	Tecnológico	Privada	1000
Universidade do Condeestado (UNC)	Não informado	04 módulos 30 meses (1620 h)	Tecnológico	Privada	300
Universidade de Franca (UNIFRAN)	Não informado	04 semestres (2040 h)	Tecnológico	Privada	150
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	Ainda não iniciado	Não Informado	Tecnológico	Privada	Nenhum registro
Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)	Não informado	Trimestral (8.0) (1600 h)	Tecnológico	Privada	2000
Universidade Anhuera (UNIDERP)	Não informado	04 semestres (1720 h)	Tecnológico	Privada	80
Centro Universitário (UNISEB)	2011	04 semestres (1920 h)	Tecnológico	Privada	5000
Centro Universitário Internacional (UNINTER)	2006	04 semestres (1748 h)	Tecnológico	Privada	3000

Fonte: elaborada pelas autoras.

De acordo com a Tabela 4 percebe-se que as IES que ofertam formação em Secretariado na modalidade EAD são todas privadas e ofertam cursos tecnológicos. Embora a lei de regulamentação da profissão ainda não preveja a categoria do tecnólogo em Secretariado, não se pode desconsiderar que tal grau de formação é cada vez mais o caminho buscado por diversos discentes. Percebe-se também que os cursos são muito novos, considerando suas datas de criação. Essa realidade confirma a assertiva de Ataíde (2013) acerca da recente busca pela modalidade no Brasil. A carga horária de cada curso é muito próxima o que demonstra uma possível uniformidade neste aspecto. Ressalte-se o fato de não haver cursos ofertados por IES públicas, o que claramente pode reduzir o público que tem acesso a tais cursos. Neste sentido, mostra-se oportuno o pensamento de Ataíde (2013) sobre a necessidade de implementação de políticas públicas que favoreçam uma educação digital e consequentemente a cidadania. Por outro lado, tais políticas devem focalizar não somente aspectos quantitativos, mas possibilitar ensino de qualidade na EAD. Com relação à preocupação com a qualidade na educação secretarial Cielo, Schimit e Wenningkamp (2014, p. 63-64) salientam:

Assim, observa-se na academia, uma preocupação constante em busca de um corpo docente mais qualificado, matrizes curriculares sólidas e um corpus teórico que sustente o ensino e a pesquisa nas universidades, fatores estes considerados primordiais para melhor qualificação do profissional, e consequente inserção no mercado de trabalho.

Considerando-se os desafios da EAD, garantir a qualidade do ensino em Secretariado na EAD é, sem dúvida, um desafio a ser vencido. A preocupação com a garantia da qualidade na EAD, é permeada pela necessidade de superação de diversos desafios como por exemplo: formação de professores, relação professor-aluno, tecnologias da comunicação que proporcionem a aprendizagem (PITALUGA, 2013). Lopes et. al. (2010, p. 196) destacam como elementos fundamentais para essa qualidade definidos pelos referenciais de qualidade para a educação superior a distância:

[...] compromisso dos gestores; desenho do projeto; equipe profissional multidisciplinar; comunicação/interação entre os agentes; recursos educacionais; infraestrutura de apoio; avaliação contínua e abrangente; convênios e parcerias; transparência nas informações e sustentabilidade financeira.

Considera-se que apesar da existência de desafios a serem enfrentados na EAD, os aspectos favoráveis transformam tal modalidade em ocasião conveniente para a formação e o aperfeiçoamento das diversas áreas, visto que possibilita redução de custos no que se referem aos recursos educacionais, diminui as desigualdades e promove acesso à educação direcionada para públicos-alvo de áreas específicas (MOORE; KEARSLEY, 2007). Sobre o acesso à educação por meio da EAD Arruda e Arruda (2015) complementam que esta modalidade de ensino surge como oportunidade de expansão de vagas na

educação superior, dirimindo as limitações físicas e estruturais, visto que a maioria das atividades ocorre de forma virtual. Acredita-se que ausência de oferta de cursos de bacharelado nesta modalidade é uma limitação da área e apresenta-se como fator negativo, pois restringe a possibilidade de curso a distância a único tipo de grau, neste caso, o tecnólogo. A democratização de ensino superior perpassa o quesito modalidade e ancora-se em diversos aspectos que contemplem a realidade social do público desejado.

A grande divergência reside no número de vagas autorizadas para cada IES. Este aspecto varia em função do número de pólos autorizados. Embora a IES UNINOVE apresente-se repetida, optou-se em apresentar os dados da maneira que está disponível no site do MEC para não haver comprometimento com a realidade, principalmente, ao se considerar que os códigos dos cursos são diferentes para cada aparição da IES nos dados do e-mec. Para o vislumbre melhor da realidade, a Tabela 5 apresenta uma síntese da distribuição da quantidade de pólos e vagas por IES.

Tabela 5. Comparativo da quantidade de pólos e vagas por IES.

IES	Quantidade de Pólos	Quantidade de vagas autorizadas
Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR)	15	300
Universidade Castelo Branco (UCB)	01	Nenhum registro
Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)	04	300
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	03	280
Centro Universitário Newton Paiva	02	1000
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	08	200
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)	04	1000
Universidade do Condestado (UNC)	01	300
Universidade de Franca (UNIFRAN)	02	150
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	02	Nenhum registro
Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)	08	2000
Universidade Anhanguera (UNIDERP)	15	80
Centro Universitário (UNISEB)	23	5000
Centro Universitário Internacional (UNINTER)	27	3000

Fonte: elaborado pelas autoras

Alguns aspectos precisam ser ressaltados ao se observar o exposto acima. A distribuição de vagas não parece coerente quando analisadas somente à luz das informações fornecidas pelo e-mec. Há uma grande quantidade de vagas autorizadas para IES com poucos pólos e poucas vagas para instituições com um número maior de pólos. A realidade explicitada deve conduzir à reflexão acerca do real acesso que o cidadão tem à EAD em Secretariado. Alguns cursos, por serem recém-criados, ainda não possuem registro de vagas autorizadas, como é o caso da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), por exemplo.

Nesse sentido, este estudo focou-se em traçar um panorama com base em dados oficiais para que se identifique a realidade, suas proeminências e suas

deficiências. Faz-se necessária, ainda, uma discussão acerca de questões qualitativas do ensino, estrutura, entre outros determinantes que na visão de Ataíde (2013) deveriam ser alvo de fiscalização para que se assegure a plena oferta de EAD à sociedade. Também não se pode inferir que a EAD em Secretariado está suprindo todas as propostas oficiais de Formação (BRASIL, 2005).

Algumas informações não estão disponíveis no site do MEC e quando solicitadas às IES por correio eletrônico não foram respondidas até a data de encerramento da pesquisa. Porém, acredita-se que a subtração das referidas informações não implicam em prejuízo no propósito do artigo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados permitiram atingir o objetivo proposto e responder ao questionamento suscitado. A realidade da Educação Superior a distância em Secretariado no Brasil é de oferta para todas as unidades federativas, porém considera-se a oferta ainda incipiente.

Percebeu-se que a EAD em Secretariado apresenta limitações que podem fazer parte de um contexto mais amplo da EAD no Brasil e que pode se refletir na sociedade, mais especificamente naqueles que buscam formação na área em questão. Como elementos ratificadores dessa assertiva, a ausência de cursos em IES públicas e de cursos de Bacharelado são achados que não podem ser desconsiderados.

A democratização do ensino perpassa não só pela modalidade de oferta, mas, sobretudo, pela possibilidade de acesso. O fato de todos os cursos de Secretariado na modalidade EAD no Brasil estarem em IES privadas pode ser um fator limitante de tal acesso. Ressalte-se ainda que a distribuição inomogênea das vagas entre pólos e unidades federativas é outro fator agravante desta realidade. Infere-se, portanto, que a EAD em Secretariado no Brasil pode estar em processo construtivo, porém, com lacunas significativas que precisam ser consideradas pelas IES e por educadores da área.

Embora se considere a relevância social da expansão de cursos de Secretariado a distância possibilitando maiores oportunidades de acesso e contribuindo para a democratização da educação superior, alerta-se que o crescimento da oferta de cursos de Secretariado na EAD deve ser desenvolvido de modo que sejam atendidos os parâmetros para a qualidade do ensino garantindo uma formação que atenda às necessidades das organizações e às demandas da sociedade. Nesse sentido, a discussão sobre o tema ora apresentado precisa ser ampliada por meio de subsídios teóricos e empíricos, que alinhem quantidade e qualidade da educação secretarial na modalidade de ensino a distância no País.

Diversos outros aspectos podem e merecem ser abordados no âmbito da educação em Secretariado, tendo em vista principalmente que sua inserção no universo acadêmico é relativamente recente quando comparada a cursos

mais tradicionais. Tal desenlace foi um reflexo do momento histórico da área e tem caminado de maneira congruente a sua realidade.

Ademais a Educação superior em Secretariado envolve componentes mais complexos como a pesquisa e ações de extensão que tem avançados em passos coincidentes ao ensino. O cenário apresentado neste estudo acena para desenvolvimento da oferta de cursos de graduação à distância em Secretariado no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2011. – São Paulo: Pearson, Education do Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.abed.org.br/censoead/censo2012.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2014.

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no Mundo. **RBAAD**, Vol 10, 2011. Disponível em: www.abed.org.br/revistacientifica/revista_pdf_doc/.../artigo_07.pdf. Acesso em: 30 abr. 2014.

ATAÍDE, M. A. Novos tempos: educação a distância e a revolução tecnológica na sociedade em rede. Revista Vozes dos Vales: publicações acadêmicas, no. 3, 2013. Disponível em: www.ufvjm.edu.br/.../Novos-tempos-Educação-a-Distância-e-a-revoluçã. Acesso em: 30 abr. 2014.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BIANCHI, A. C. M.; ALVARENGA, Marina; BIANCHI; Roberto. **Orientação para estágio em secretariado**: trabalhos, projetos e monografias. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BOGUSLAWSKI, A. M, SANTOS, E. B. M. “Prazer em Conhece-Lo (a), Sou o Curso de Secretariado Executivo”: Um Estudo sobre o (Des) Conhecimento de Alunos de Ensino Médio acerca da Formação Universitária em Secretariado Executivo. **Gestão e Secretariado**. v. 4, n. 3, 2013. Disponível em <http://www.revistagesec.org.br/ojs-2.4.5/index.php/secretariado/article/view/236#VCwplGddVA0>. Acesso em 30 set 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996^a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2014.]

_____. **Lei da regulamentação da profissão em secretariado executivo**, Lei No.

7377/85 complementada pela Lei No. 9261/96. 1996b. Dispõe sobre o

exercício da profissão de secretário e dá outras providências. Disponível em: http://www.fenassec.com.br/b_osecretariado_lei_regulamentacao.html. Acesso em: 3 mai. De 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução no. 3, de 23 de junho de 2005**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências, 2005a. Disponível em: [portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf). Acesso em: 3 maio. 2014.

_____. **Decreto no. 5622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 2005b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 28 abr. 2014.

ARRUDA, Eucidio Pimenta.; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação a distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. Educação em Revista, v.31, n.3, p. 321-338, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n3/1982-6621-edur-31-03-00321.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

CIELO, Ivanete Daga Cielo .; SCHMIDT Carla Maria .; WENNINGKAMP, Keila Raquel. Secretariado Executivo no Brasil: Quo Vadis? Revista de Gestão e Secretariado - GeSec, São Paulo, v. 5, n. 3, p 49-70, set./dez. 2014. Disponível em: http://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/256/pdf_28#.Vvk2mvkrLDc. Acesso em: 28 mar. 2016.

GERARDIN, U. J. MONTEIRO, A. A. GIANINI, V. C. Currículos de secretariado executivo: algumas reflexões. **Gestão e Secretariado**, v. 2, n 2. 2011. Disponível em <http://www.revistagesec.org.br/ojs-2.4.5/index.php/secretariado/article/view/53#.VCwoNGddVA0>. Acesso em 30 set 2014.

GODOI, C. K. Perspectivas de análise do discursos nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K. BANDEIRA-DE-MELLO, RODRIGO, SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOI, C. K. BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K. BANDEIRA-DE-MELLO, 2010.

HERMIDA, J.F., BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, 2006. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11_22e.pdf. Acesso em: 1 out 2014.

- KUNSCH, M. M. K. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- LITTO, Fredric M. Introdução. In: ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2011.** São Paulo: Pearson, Education do Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.abed.org.br/censoead/censo2012.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2014.
- LOPES, M. C. L. P.; SALVAGO, B. M.; PISTORI, J.; DORSA, A. C.; ALMEIDA, D. T. R. Educação à distância no ensino superior: uma possibilidade concreta de inclusão social. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 29, p. 191-204, jan/abr. 2010. Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=3431. Acesso em: 23 mar. 2016.
- MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância.** São Paulo: Thomson Pioneira, 2007.
- RODRIGO, SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais – paradigmas, estratégias e métodos.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, M.W. GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PITALUGA, Thiago de Oliveira. Educação a distância: referenciais de qualidade do ensino superior EAD. **Intinerários Reflections.** V. 1, n. 14. 2013. p. 1-12. Disponível em: <file:///C:/Users/Adm/Downloads/22377-159388-1-PB.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.
- SILVA, Livia Fernanda Nery da; LUSTOSA, Georgina Quaresma. Educação a Distância: competência comunicativa e identidade docente. In: CARVALHO, Antonia Dalva França (Org). **Conversas pedagógicas: elementos da construção da identidade docente.** v.2, Terezina: EDUFPI, 2012.
- UBIRAJARA JUNIOR, Gerardin; MONTEIRO, A. A.; GIANINI, V. C. **Currículos de Secretariado Executivo: algumas reflexões.** 2011.
- WANDERLEY, L. E. **O que é universidade.** 4 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.